

PRODUTIVISMO, CORRUPÇÃO DA CIÊNCIA E CONTROLE DO TRABALHO

Ana Maria Barbour e José Chrispiniano
Jornalistas



Os critérios cientométricos adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Fundação Capes) para avaliar os cursos de pós-graduação, baseados principalmente na quantidade de artigos publicados em periódicos científicos internacionais “de alto impacto”, castigam professores, linhas de pesquisa e programas que não conseguem ser “produtivos”. Na USP, o modelo ganhou força, chegou à graduação por meio dos critérios de distribuição de bolsas Pibic e serve de inspiração à carreira docente que a Reitoria tenta impor

Os critérios adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a conhecida Capes, para avaliação dos cursos de pós-graduação imprimiram à universidade pública uma lógica produtivista, na qual a qualidade vem sendo preterida em favor da quantidade. Na USP, nos últimos anos, exacerbaram-se as exigências de aceleração e de intensificação da produção docente. Os professores vêm-se às voltas com pedidos de relatórios e com pressões dos colegiados e órgãos encarregados, no âmbito da Reitoria e das unidades, de fiscalizar o estrito cumprimento das normas da Capes. Não raro, esses órgãos criam normas derivadas ainda mais draconianas, tornando-se “mais realistas do que o rei”.

Nesse contexto, os professores têm sido submetidos à exigência de publicar artigos em periódicos internacionais considerados de alto impacto, ou em periódicos nacionais “aceitáveis” do tipo “A”. Certos programas de pós-graduação mal avaliados porque seus docentes não

conseguem publicar em tais periódicos são simplesmente extintos. Tempos de titulação já muito curtos, prejudicando a exequibilidade e qualidade das pesquisas dos alunos de pós-graduação, não bastam: é preciso apertar ainda mais o torniquete, e reduzir os prazos de qualificação de mestrados e doutorandos, fixados pelo novo Regimento de Pós-Graduação da USP em 60% do prazo total do curso — 14 meses, nos mestrados de dois anos; 21 meses, nos mestrados e doutorados de três anos.

Novidade? Definitivamente não. O modelo adotado na pós-graduação expandiu-se, já em 2004, para a graduação, a partir do momento em que a Pró-Reitoria de Pesquisa impôs critérios que subordinam a concessão de bolsas de iniciação científica (Pibic) a uma classificação dos professores em A, B, C, D e E, conforme sua “produtividade” individual e a do seu programa de pós-graduação (**vide p. 48**). A qualidade do projeto de pesquisa é um fator secundário diante dos parâmetros de enquadramento do docente que pede a bolsa.

O professor Miguel Ângelo Stipp Basei, vice-presidente da Comissão de Pesquisa do Instituto de Geociências (IGc), acredita que grande parte desse quadro de distorções generalizadas é fruto da falta de mobilização da comunidade acadêmica. “Deixamos que poucos decidam pela maioria”, diz ele, referindo-se à Capes e seus comitês de área, encarregados de ditar as normas específicas e avaliar os respectivos programas. “Não que quem nos representa sejam as pessoas erradas, de fato são pessoas das universidades, mas não expressam nosso pensamento, pois a participação da comunidade na constituição destes órgãos e na avaliação das decisões é mínima”, avalia Basei.

O presidente do Centro Acadêmico de Biologia, Juliano Polidoro, concorda que há um conformismo entre os docentes. “Os professores têm medo de enfrentar a situação, pois contrariar o sistema significa prejuízo para a carreira”, ressalta. Os estudantes da graduação, por sua vez, estariam desmobilizados, alheios a tal situação. Representante discente no Conselho Universitário (Co) e uma das coordenadoras

da Associação dos Pós-Graduandos (APG-USP), a mestranda em direito Ester Rizzi igualmente admite a baixa mobilização dos colegas. Um dos motivos seria a frustração causada pela falta de democracia nos processos de decisão. Além disso, os comitês de área da Capes não contam com representação de alunos. “Os estudantes têm pouca consciência do que está atrelado a este produtivismo e poucos reagem”, salienta Ester.

Como se sabe, o acesso a bolsas de pesquisa e outros recursos depende, em parte, da avaliação dos programas de pós-graduação, feita a cada três anos pela Capes. Para continuar em atividade, os programas precisam obter no mínimo nota 3, em escala que vai até 7. É para avaliá-los que a Capes estabelece comitês das diferentes áreas de conhecimento; os elementos de avaliação variam de peso em cada uma delas. Estrutura curricular, atividades de pesquisa, formação, integração com a graduação e infraestrutura estão entre os fatores considerados para análise. O principal deles, contudo, é o número de artigos que os docentes vinculados ao programa conseguem publicar em revistas científicas de prestígio.

Criou-se, para classificação dos periódicos, o *ranking* “Qualis”, que é definido, em cada área, pelo mesmo comitê que avalia os programas. Um dos elementos centrais na elaboração do Qualis é o *fator de impacto* do periódico, associado



Daniel Garcia

Professor Miguel Basei

Há docentes que publicam menos, mas estão envolvidos com o ensino, a administração e o bom funcionamento da unidade, esclarece o professor Miguel Basei, do IGc. “Eles acabam mal avaliados e têm que se justificar o tempo todo. É uma distorção”

à quantidade de citações (em outros artigos de revistas indexadas) dos artigos por ele publicados. A conta é feita atualmente pelo *Journal Citation Reports*, da empresa Thomson Reuters, que só inclui no cálculo os periódicos que pagam para isto. A Thomson Reuters adquiriu o The Institute for Scientific Information (ISI), que tinha o monopólio dessa especialidade. O peso maior é dado às principais

revistas internacionais, em especial as norte-americanas.

Para se obter um bom número de artigos publicados nas revistas tidas como relevantes, é necessário possuir recursos para a pesquisa e bolsas de estudo para pós-graduandos, sendo importante a disputa pelos alunos com dedicação exclusiva, capazes de fazer mestrado e doutorado em tempo cada vez menor. É importante, ainda, que as pesquisas estejam afinadas com os conselhos editoriais das revistas.

“Publicar muito e em revistas de alto impacto — esta é a linha da universidade”, critica Basei, do IGc. Segundo ele, este sistema tem gerado uma competição grande entre colegas e instituições que buscam fomento. “Com o fator de impacto, assume-se que se o seu trabalho foi publicado em determinado periódico ele é bom, o que nem sempre é verdadeiro”. Há docentes que publicam menos, mas estão extremamente envolvidos com o ensino, a administração e o bom funcionamento da unidade, esclarece o professor. “Eles acabam mal avaliados e têm que se justificar o tempo todo. É uma distorção”.

A presidente da Comissão de Pesquisa da FFLCH, professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, também identifica no sistema defeitos e a necessidade de adequações, mas acredita que é preciso estabelecer algum critério, que seja universal. “A Capes proporciona grandes oportunidades de diálogo e negociação que precisam ser melhor

Fotos: Daniel Garcia

**Professora Mônica Hermann Caggiano****Professor Pablo Ortellado**

aproveitadas”, defende ela. Embora concorde com a avaliação de que a Capes exige em demasia a publicação de artigos em periódicos internacionais, Ana Lúcia alega que, se as universidades brasileiras querem se inserir no contexto mundial, devem buscar espaço em revistas estrangeiras qualificadas: “É uma realidade contra a qual não acho que valha a pena lutar, mas sim discutir e aperfeiçoar”.

Contraditoriamente, a professora admite que há um ritmo de produção terrível para os docentes, que têm trabalhado mais e ganhado menos, na medida em que a evolução dos salários perde para a inflação. Mas é preciso saber lidar com esta realidade, faz parte do “mercado” acadêmico, garante. “Por isso, é importante negociar, ter bons

***A carreira docente
formatada pela Reitoria
condicionará os aumentos salariais
“a um processo de controle do trabalho,
de produtividade docente”, define
o professor Pablo Ortellado,
da EACH***

representantes junto à Capes, bons coordenadores de pós-graduação e bons docentes. Tem ainda toda uma política salarial que precisa entrar na pauta desta reflexão”, conclui.

A professora Mônica Herman Caggiano, coordenadora do programa de pós-graduação de Faculdade de Direito (FD), critica o Qualis: “Para que uma revista da USP venha a ser reconhecida pelo sistema é necessário ter 70% de artigos interna-

cionais. É muito difícil, um exagero. Vale perguntar se para o estrangeiro interessam tanto assim meus problemas jurídicos domésticos”, ironiza. Apesar disto, Mônica, aproximando-se da linha de argumentação da colega da FFLCH, acredita que a Capes, por meio destas exigências, tem contribuído, nos últimos 20 anos, para aprimorar a pós-graduação, obrigando os programas a manterem-se atentos e em renovação.

O professor Gilberto Bercovici, da FD, coordenador da área de Direito na Capes, compartilha da mesma opinião: graças à Capes, sustenta, não existem na pós-graduação “caça-níqueis” como na graduação. “Mas talvez o modelo tenha

cumprido sua função e agora tenhamos que pensar em outro daqui para frente”, arrisca. Na sua opinião, há hoje apenas duas opções para quem deseja continuar como parte do sistema: ou bem aceitar o modelo e encontrar uma forma de produzir artigos em série,

ou bem estruturar uma resistência organizada que consiga derubar os hábitos administrativos e burocráticos que se enraizaram nas práticas da Capes.

O risco é que o meio de aferir a produção científica torne-se um fim em si mesmo, como aponta o professor Pablo Ortellado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). “A avaliação leva a parar de produzir ciência para produzir números. Ao invés de produzir um bom artigo, você produz dois para obter mais produtividade, obter índice. Ninguém lê

O MODELO DA PÓS-GRADUAÇÃO MIGRA PARA OUTRAS

O sistema de avaliação da Capes espalhou-se na USP, passando a influenciar a contratação de docentes e a concessão de bolsas de iniciação científica (Pibic, vinculadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq), além de se prestar como instrumento de legitimação de perseguições e discriminações nas unidades, por parte de grupos encastelados nas direções de colegiados.

Há cerca de dois anos um grupo dominante no Instituto de Biologia recorreu a parâmetros produtivistas para afastar docentes que lhes eram desafetos, relata a professora Eleonora Trajano. No Instituto de Matemática e Estatística e no Instituto de Geociências (IGc) ocorreram casos semelhantes. O professor Miguel Basei conta que, quando vigoravam os antigos critérios da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), alguns professores do IGc foram mal avaliados em função da produtividade supostamente baixa:

“Muitos colegas questionaram esta classificação e o processo se desenvolveu. Foi, no mínimo, constrangedor, dolorido. Criou um mal estar enorme na instituição” (*vide Informativo Adusp 87, 2000*). Segundo ele, o produtivismo não pode ser um critério utilizado para avaliar os docentes dentro da universidade. “Temos ótimos professores que vestem a camisa do instituto, mas por um critério baseado exclusivamente em número de publicações estariam mal classificados. Acho incorreto”.

A Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) vem adotando desde 2004, como critério para concessão de bolsas Pibic, uma escala de classificação dos professores solicitantes (orientadores) que vai de A a E (*vide tabela*). Para que o docente seja classificado como “A” é preciso que seja bolsista de produtividade do CNPq ou que o programa de pós-graduação ao qual ele está vinculado tenha nota 5, 6 ou 7 da Capes. Em 2004, diversos docentes mal classificados na tabela ficaram

sem bolsas para distribuir. Ou seja, as notas da avaliação de cursos de pós-graduação agora são determinantes para a concessão de bolsas na graduação. Faz sentido?

Sim, pensa a professora Ana Lúcia Schritzmeyer, da FFLCH: “São bolsas para iniciar pessoas na pesquisa e eu acho fundamental que os orientadores sejam pesquisadores e não docentes que têm a pesquisa como algo secundário”. Ela lembra que o programa reserva uma cota de bolsas para professores contratados nos últimos dois anos. De acordo com a PRP, em 2009 foram concedidas 1.904 bolsas de Iniciação Científica para toda a USP, sendo que 150 (8%) destinaram-se a docentes recém-empregados. Ana Lúcia conta que o número de bolsas concedidas aumenta a cada ano: em 2008, a FFLCH recebeu 16; em 2009, 32. “Os critérios não têm sido utilizados para afunilar e descartar um número grande de solicitações, mas sim para garantir a qualidade destas”, afirma.

os artigos, apenas vê onde foi publicado. Todo o tipo de corrupção nasce daí. E vira um sistema disfuncional. Quem está no sistema sabe disso, é praxe, é uma corrosão crescente. Você perde o objetivo da atividade científica”. Como o sistema é competitivo, a tendência é de que práticas de *doping* acadêmico — a troca de assinaturas entre artigos de autores diferentes (“assinatura cruzada”), a assinatura em publicações de orientandos e de pesquisadores que utilizam laborató-

rio controlado por determinado docente, e outras formas de aumento fictício da produção — se tornem cada vez mais corriqueiras.

“Se a métrica é a citação, eu vou citar você e você vai me citar. Tudo isso é o processo de corrupção da ciência”, fala Ortellado, tendo em vista que os critérios de procedimento e avaliação tornam-se mais quantitativos do que qualitativos. Na USP, caso realmente vingue a reforma da carreira docente pro-

posta pela gestão Suely Vilela, esses critérios e valores de juízo vão afetar diretamente as trajetórias profissionais: “Vai ser um aumento salarial ligado a um processo de controle de produtividade docente”, define o professor da EACH. “É um belo aumento, só que esses aumentos estão condicionados a um processo de controle do trabalho”, reforça. Para ele, a USP, “universidade mais conservadora do país”, sofre pressão para se modernizar,

Classificação de professores para determinar a concessão de bolsas Pibic-CNPq

Individual	Institucional	Fora da Pós-Graduação	Capes 3 ou 4	Capes 5, 6 ou 7
Bolsista de Produtividade do CNPq		A	A	A
Apresentou indicador de atividade de pesquisa*		C	B	A
Não apresentou		E	D	C

* Pesquisador Principal de Projeto Temático Fapesp, Coordenador de Instituto do Milênio, Jovem Pesquisador da Fapesp, Projeto Individual de Pesquisa aprovado pelo CNPq, Fapesp ou Finep, Beneficiário de Projeto da PRP, ou outros projetos qualificados e apoiados por outras agências. Fonte: PRP/USP

Como avalia Miguel Basei, o tempo é de “vacas gordas”, já que quase todas as solicitações foram atendidas. Mas ele argumenta que somente em casos como este, em que a oferta é grande, docentes que estão fora dos parâmetros de avaliação de produtividade conseguem bolsas para seus alunos. “A qualidade do aluno e do projeto também é julgada, mas vem depois da avaliação do professor”, explica. Segundo ele, este sistema prejudica estudantes com bom potencial, que gostariam de pesquisar na área de docentes que não atendem totalmente o procedimento de

classificação: “Neste caso, não conseguem bolsa”.

Uma vez classificados os candidatos a orientador, o cálculo para atribuição das bolsas Pibic implica uma metodologia para classificar os projetos, assim explicada pela PRP: “A Unidade utilizará os critérios definidos pelo CNPq, a qualidade do projeto e o desempenho acadêmico do aluno como critério de priorização *dentro de cada categoria*” (desse modo, a classificação do orientador precede a avaliação da qualidade intrínseca do projeto; os destaques são nossos).

A Escola Politécnica, por exemplo, adotou o seguinte procedimento: “cada par orientador-aluno receberá uma classificação $K_{i,j}$, onde: K é a classificação do orientador (que varia de A a F), i [é o] parecer da assessoria científica (parecerista) de acordo com os critérios aprovados” (60% projeto e 40% histórico escolar) e “j [é o] Histórico Escolar do aluno (critério de desempate)”. Detalhe notável nas condições de inscrição no programa é que não há “restrição quanto ao semestre/ano de ingresso do aluno na instituição”, mas este deverá obrigatoriamente possuir um currículo Lattes.

no sentido de atualizar suas formas de controle sobre os trabalhadores: “Não deixa de ser uma modernização: adequar a USP ao marco da passagem para o capitalismo”, fustiga (sobre a carreira, **vide p. 30**).

A corrupção no sistema de avaliação, raramente punida, distorce todo o sistema, forçando a elevação da produtividade pelos outros programas para sobreviver à vigilância da Capes. Sofrem as pesquisas que, pelo interesse local ou pela nature-

za do seu ciclo de tempo, não se encaixam no padrão determinado. É unânime a conclusão de que certas áreas têm mais facilidade de publicar artigos com frequência do que outras. Entre as explicações estão o fato de algumas linhas de pesquisa necessitarem de mais tempo de maturação para conseguir chegar a algum resultado que possa ser publicado, ou porque o assunto trabalhado não tem um foco universal, atraindo menos o interesse dos pe-

riódicos internacionais. Como consequência desta falta de compreensão da avaliação da Capes, muitos programas são condenados à morte ou à estagnação, criando uma nova fonte de estresse para os docentes.

O estudante Juliano Polidoro explica que, no Instituto de Biociências (IB), os estudos em ecologia tendem a ser mais demorados, mas se o docente quiser que seu programa seja bem avaliado precisará publicar algo antes de finalizá-los.

Segundo ele, os estudantes são influenciados por essas classificações: “Sabemos quais linhas estão sendo privilegiadas e por isto muitos acabam optando por elas, mesmo que gostem mais de outra”, relata.

Bercovici, da FD, ressalta que, ainda que a produção acadêmica em ciências humanas possua uma lógica diferente da lógica das ciências exatas e biológicas, é avaliada, erroneamente, da mesma forma. “Nosso trabalho é autoral, já o deles muitas vezes é feito em equipe”, compara. Segundo o professor, a área de saúde é o carro-chefe em publicações: “Na Medicina, por exemplo, um professor titular emplaca 100 artigos por ano, por quê? Porque todo mundo da equipe que publica algo também coloca o nome dele.

Eu não posso fazer isto”, afirma.

Basei, do IGc, conta que o programa de pós-graduação em Geologia Sedimentar foi extinto há cerca de três anos porque sua classificação pela Capes era “baixa” (nota 4).

Os docentes e alunos migraram então para os outros três programas existentes, que tiveram de se readaptar para atender aos recém-chegados. “Agora os orientadores estão com dificuldade de se colocar na orientação atual do programa para o qual eles migraram”, explica o professor. “Regras inexecutáveis acabam matando pós-graduações que poderiam eventualmente vingar, produzir bons resultados e contribuir para o reconhecimento da ciência”, confirma Mônica, da FD.

A criatividade acadêmica também acaba prejudicada nesta lógica, pois é preciso ter coragem para aventurar-se por uma nova linha de pesquisa. “Este modelo repete o que é feito porque aquilo deu certo; ele é rígido e não consegue avaliar de forma real a qualidade”, diz Eleonora Trajano, professora de zoologia do IB. Ela também condena o drástico encurtamento dos prazos dos cursos de pós-graduação. Embora o Regimento de Pós-Graduação da USP estipule o tempo máximo de quatro anos para conclusão do mestrado, de cinco anos para o doutorado com mestrado,

nas áreas das ciências naturais é imenso”, garante Eleonora.

Já Mônica acredita que o mundo está mais acelerado e que a qualidade precisa se acomodar aos novos prazos, com mais dedicação. Na FD, por exemplo, o tempo máximo de mestrado foi regulamentado em três anos. “Não acho que seja inviável, mas demanda um esforço maior de alunos e professores. Em alguns casos, pode ser que afete a qualidade da pesquisa”, admite.

Em junho, as unidades da USP readequaram suas normas para atender ao novo Regimento de Pós-Graduação, aprovado em setembro de 2008. Entre as mudanças estão a já citada redução do tempo para o depósito do relatório de

qualificação e a criação das comissões coordenadoras de programas (CCP). “Há, no novo regimento, uma perspectiva no sentido de aumentar o número de mestres e doutores.

Imprimindo à pós-graduação um ritmo mais ágil, mais pessoas podem ter acesso aos cursos”, acredita Mônica.

Ester Rizzi, da APG, discorda desse argumento otimista, pois não enxerga nas mudanças qualquer viés de democratização do acesso aos cursos de pós-graduação. Ela acredita que a diminuição de prazos sacrifica a qualidade em nome da quantidade. Nos mestrados com duração de dois anos, a qualificação terá de ser entregue em pouco mais de um ano de curso, quando o aluno ainda está longe de haver amadurecido sua pesquisa.

***“Na Medicina,
um professor titular emplaca
100 artigos por ano, por quê? Porque
todo mundo da equipe que publica algo
também coloca o nome dele. Eu não posso
fazer isto”, afirma o professor Gilberto
Bercovici, da FD***

do, e de seis anos para o doutorado direto, muitos programas adotaram prazos bem inferiores. O resultado é que não se consegue estudar com profundidade certos objetos que demandam trabalhos empíricos e de campo, causando, assim, queda de qualidade no resultado final. “Você pode espremer um trabalho de laboratório fazendo alguém trabalhar 18 horas por dia, mas com a natureza não é assim. O prejuízo